

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA JUSTIÇA

Despacho n.º 6505/2010

Nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do art. 21.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, é aprovado o programa de provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de ingresso na carreira de Especialista Superior nas áreas de administração financeira e patrimonial, do grupo de pessoal de apoio à investigação criminal do mapa de pessoal da Polícia Judiciária, constante do Anexo ao presente Despacho e do qual faz parte integrante.

05.04.2010. — O Director Nacional da Polícia Judiciária, *Almeida Rodrigues*. — A Directora-Geral da Administração e do Emprego Público, *Carolina Ferra*.

ANEXO

Aprovação do programa de provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de ingresso na carreira de especialista superior, nas áreas de administração financeira e patrimonial, do grupo de pessoal de apoio à investigação criminal do mapa de pessoal da Polícia Judiciária.

Especialista superior

1 — Regime Financeiro dos Serviços e Organismos da Administração Pública;

2 — Contabilidade Pública;

3 — Plano Oficial de Contabilidade Pública;

4 — Gestão e Controlo Orçamental;

5 — Sistema Nacional de Compras Públicas;

6 — Contratação Pública de Bens e Serviços;

7 — Gestão Patrimonial;

8 — Gestão de Contratos.

A pormenorização e delimitação dos temas e matérias constarão dos respectivos avisos de abertura do concurso.

203117369

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA CULTURA

Despacho n.º 6506/2010

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 94/2007, de 29 de Março, que aprova a orgânica da Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema, I. P., foi nomeado o respectivo fiscal único, para o triénio de 2007-2009, pelo despacho n.º 20 493/2008, de 29 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 150, de 5 de Agosto de 2008. Tendo cessado, em 31 de Dezembro de 2009, o mandato do fiscal único, mostra-se necessária a nomeação do titular daquele órgão de fiscalização.

Assim, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 94/2007, de 29 de Março, conjugados com a Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, pelos Decretos-Leis n.ºs 200/2006, de 25 de Outubro, e 105/2007, de 3 de Abril, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro:

1 — É renovado o mandato do fiscal único da Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema, I. P., Dr. Crisóstomo Aquino de Barros, inscrito na OROC com o n.º 78, com escritório na Rua de João Chagas, 159, 3.º-E, em Linda-a-Velha, para o triénio de 2010-2012, mantendo as condições previstas nos n.ºs 2 e 3 do despacho n.º 20 493/2008, de 29 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 150, de 5 de Agosto de 2008.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Janeiro de 2010.

6 de Abril de 2010. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — A Ministra da Cultura, *Maria Gabriela da Silveira Ferreira Canavilhas*.

203120762

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Instituto de Acção Social das Forças Armadas

Despacho (extracto) n.º 6507/2010

Nos termos conjugados dos artigos 7.º n.º 3, alínea e) e 9.º n.º 2, do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, e nos termos dos artigos 35.º a 39.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, delego no Coronel de Administração Militar 17109282 Mário Jorge Salgado de Almeida, as competências para autorizar a realização de despesas com a locação, aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, necessárias para o funcionamento dos serviços, na qualidade de Director do Centro de Apoio Social do Funchal, bem como proceder à sua contratação até ao limite de 2 500 euros.

O presente despacho produz efeitos desde 21 de Maio de 2009.

Data: 30 de Dezembro de 2009. — Nome: *Francisco António Fialho da Rosa*, Cargo: Presidente do Conselho Directivo, Tenente-General. 203118462

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 6508/2010

Nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 78/2007, de 27 de Março, e da Portaria n.º 1113/2007, de 19 de Dezembro, e por proposta do respectivo director-geral, nomeio para exercer funções como consultora na Direcção-Geral de Administração Interna, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, a licenciada Rita Brasil de Brito, técnica superior principal do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros — a quem respeita a nota biográfica anexa ao presente despacho —, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2010.

5 de Abril de 2010. — O Ministro da Administração Interna, *Rui Carlos Pereira*.

Curriculum vitae

I. Identificação pessoal:

Nome: Rita Brasil de Brito;

Data de nascimento: 10 de Agosto de 1971;

Nacionalidade: portuguesa.

II. Habilitações literárias:

1995 — licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

1998 — pós-graduação em Estudos Europeus (dominante jurídica) ministrada pelo Instituto de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa.

III. Conhecimentos de línguas estrangeiras:

Inglês — *Certificate of Proficiency in English* da Universidade de Cambridge;

Francês — *Diplôme Supérieur d'Etudes Françaises Modernes de l'Alliance Française de Paris (tronc commun)*;

Alemão — *Grundstufe 4 (G4)* do Goethe Institut de Lisboa;

Cantonense — Frequência do curso de Cantonense para Juristas organizado pelos Serviços de Administração Pública do Governo da Região Administrativa Especial de Macau.

IV. Experiência profissional:

2010 — jurista no Departamento de Assuntos Jurídicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

2009 — nomeada técnica superior principal do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

2007 (Maio) a 2009 (Dezembro) — directora-geral da Política de Justiça, por despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do Ministro da Justiça (despacho n.º 11 530/2007, de 16 de Maio);